

meSalva!



FILOSOFIA MODERNA



MESOPOTÂMIA
ASPECTOS CULTURAIS

AFIXOS

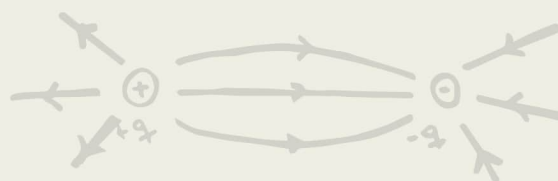
CONTROLADO

MENTE

SUFIXO

QUAL DE
INDICAÇÃO

CAFETERIA



MÓDULOS CONTEMPLADOS

- ✓ IFMO - Introdução à Filosofia Moderna
- ✓ MOPR - Maquiavel - "O Príncipe"
- ✓ CTRT - Contratualismo
- ✓ RCDC - Racionalismo e Descartes
- ✓ EMHU - Empirismo e Hume
- ✓ KCRP - Kant e a Crítica da Razão Pura
- ✓ FFMO - Filosofando III - Filosofia moderna



CURSO

EXTENSIVO 2017

DISCIPLINA

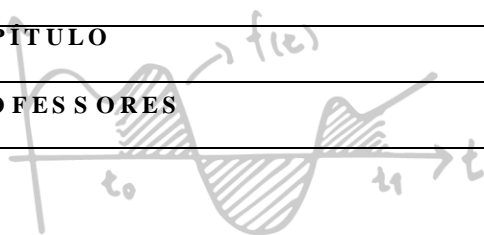
FILOSOFIA

CAPÍTULO

FILOSOFIA MODERNA

PROFESSORES

CLARA TONOLLI E
BENHUR BORTOLOTTI



FILOSOFIA MODERNA

INTRODUÇÃO

Nesta apostila vamos estudar a Filosofia durante a Era Moderna. Para isso, é bom termos em mente que no final do século XX e início do século XXI, começou-se a reconhecer que o legado da Idade Média para a ciência e para a tecnologia foi maior do que se costumava admitir. Isso se deve principalmente a dois movimentos distintos:

- 1) uma tentativa de abordagem histórica menos maniqueísta, que, na tentativa de enfatizar os graves problemas políticos no contexto da dominação católica, optou por destacar os dramas sociais causados por essa dominação;
- 2) um crescente interesse nos temas e assuntos da Idade Média, como a tradução de novos textos e as pesquisas realizadas nas instituições da Igreja (mosteiros, universidades, etc.).

Foi precisamente a pressão de todas essas descobertas, tanto na filosofia quanto nas ciências empíricas, que fez “estourar a tampa da panela” e deu início ao que conhecemos hoje como Filosofia Moderna. Para você entender melhor o que isso quer dizer, retomaremos a história de Galileu:

Galileu Galilei (1564-1642) foi um cientista italiano que causou alvoroço na época dizendo que a teoria de Copérnico estava correta e, ao contrário do que todos acreditavam, não era o Sol que girava em torno da Terra. O impacto de sua tese foi enorme porque, além de revisar tudo o que se supunha sobre o funcionamento dos astros, ele estava nos tirando do centro do universo. A Igreja não gostou da tese de Galileu e seus tribunais o perseguiram de maneira implacável. Mas qual era a acusação contra Galileu, afinal?

Urbano VIII, o papa da época, não tinha grandes problemas com a tese heliocêntrica – ou seja, de que o Sol é que está no centro –, tendo até estimulado Galileu a pesquisar a hipótese. Todo problema estava no fato de que Galileu reivindicava para sua teoria o estatuto de “Verdade”. Galileu poderia ensinar as duas teses (heliocêntrica e a geocêntrica), mas ele insistiu em dizer que sua posição era a verdadeira. O problema é que, naquela época, a verdade era um monopólio da Igreja e qualquer coisa que fosse tomada como verdade precisava ser “justificada” em termos religiosos: seja por revelação ou por meio de interpretação do texto bíblico. O problema todo estava armado em volta daquilo que poderia ou não poderia ser admitido como verdade num cenário em que a verdade era um patrimônio que só a Igreja podia administrar.

Mas as pesquisas em botânica, fisiologia, farmacologia, arquitetura, etc., já haviam dado grande contribuição para o conhecimento humano, modificando aspectos sociais e econômicos das sociedades europeias. Essas descobertas não eram extraídas de textos religiosos, eram resultado do intelecto humano e seus efeitos práticos eram visíveis.

Verdades mais fáceis de serem verificadas do que a posição da Terra em relação ao Sol, por exemplo, eram obtidas sem intermédio da palavra de Deus. A partir disso, a ciência e o próprio conceito de conhecimento, começaram a ser pensadas de uma maneira diferente, numa tentativa

de emancipação do domínio religioso. Aos poucos, a Filosofia, que tinha sobrevivido no interior da Igreja Católica, ligada à Teologia, começa a distanciar-se dos temas religiosos. Este distanciamento afetou tanto a Filosofia Política quanto a Teoria do Conhecimento.

Na política, as sociedades começaram a ser pensadas em termos práticos e o poder político surgiu como uma forma de pacificação que garantisse a segurança dos homens, o chamado: Contratualismo.

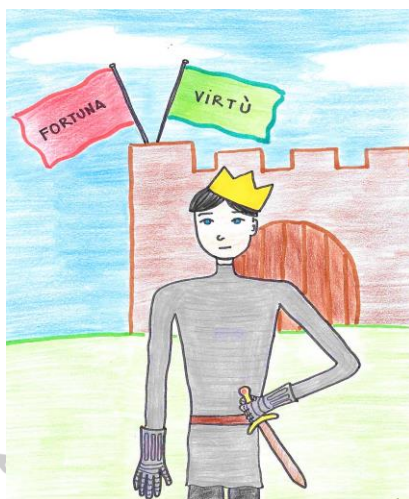
A respeito da Teoria do Conhecimento, o racionalismo cartesiano - embora ainda muito dependente da noção de Deus - retirou a razão do domínio espiritual da alma e estabeleceu a mente como primeiro reduto do conhecimento, ou seja, começa-se a substituição do espírito pela mente.

POLÍTICA

NICOLAU MAQUIAVEL (1469-1527)

“O PRÍNCIPE”

No seu livro “O Príncipe”, publicado em 1532, Maquiavel pretende descrever como um príncipe deve se portar para ser bem sucedido em sua habilidade de governar. No seu texto, ele vai considerar diversos aspectos do governo de um monarca e vai sugerir, através da observação histórica de outros governos, quais são as ações mais recomendadas para cumprir o objetivo de governar e de não ser conquistado nem deposto por outros que queiram tomar o poder.



Como o fundamento da política para Maquiavel é histórico e o objetivo que ele busca é uma compilação das ações que, se observadas, mantém um monarca no poder, encontraremos aqui uma preocupação completamente diferente da de outros autores contratualistas: não há em



Maquiavel uma busca pelos fundamentos racionais que devem guiar as relações em uma sociedade política, nem um hipotético estado prévio de igualdade entre os homens, por exemplo. Com o objetivo de manter o poder, Maquiavel irá se preocupar em medir, como se pesasse em uma balança, os prós e os contras de ações “boas” e “más” que um monarca pode realizar em seu governo, tanto em relação aos seus súditos quanto aos seus inimigos.

O desenvolvimento da argumentação de Maquiavel em “O Príncipe” tem basicamente o seguinte formato: a cada capítulo o autor toma como exemplo alguma característica que um monarca é obrigado a considerar ao longo de seu reinado. Para essa característica, ele apresenta as possibilidades de ação do monarca em relação a ela e, com exemplos históricos de situações semelhantes, ele indica o mais adequado a ser feito.

Dois noções muito importantes para Maquiavel são os conceitos de *fortuna* e *virtù*. Elas são forças opostas, mas também complementares, que influenciam as ações dos homens e também a vida política. A *fortuna* pode ser entendida como as forças que estão além dos limites de ação e de decisão do homem, e também podemos relacioná-la com a sorte e o acaso. A *virtù* pode ser entendida como toda uma gama de qualidades pessoais que o monarca deve possuir para ser bem sucedido em conquistar e manter seu poder. Temos que ter o cuidado de não traduzir *virtù* por virtude. O termo virtude é normalmente associado a uma pessoa que segue regras morais e é moralmente bom, e devemos ter em mente que não é esse sentido que Maquiavel busca, muito pelo contrário. Para o autor, um monarca que queira se manter no poder deverá e precisará agir com crueldade, e isso é definitivamente diferente do sentido comum da palavra “virtude”.

A relação entre *virtù* e *fortuna* em “O Príncipe” é a seguinte: é necessário que o monarca possua a *virtù*, pois é só através da posse desse conhecimento e aptidão para as ações de governo que ele não ficará totalmente a mercê da *fortuna* – da sorte e do acaso – e conseguirá cumprir com seu objetivo de governar. O autor compara essas qualidades à seguinte situação:

“Uma grande tempestade leva ao alagamento e à inundação de um rio, destruindo toda uma área de cultivo e sustento”. Essa tempestade e alagamento são a *fortuna*. “Aos homens que lá trabalham e vivem, resta a escolha e o conhecimento de saberem que podem se preparar com diques e muros para frear ou diminuir o próximo desastre”. A utilização dessas capacidades físicas e racionais do homem seria comparável à *virtù*.

As ações que Maquiavel prescreve para um monarca são inspiradas pela concepção de “homem” que o autor possui. Ele descreve a natureza do homem como sendo, na sua maioria, ingrata, volúvel, simuladora, cobiçosa e covarde. E esses mesmos homens, em geral, tendem a ter menos receio de conspirar contra quem eles estimam do que contra quem eles temem.

Em um dos capítulos mais citados e comentados da obra, chamado “Da crueldade e da piedade, e se é melhor ser amado que temido ou o contrário”, o autor faz a curiosa declaração de que é preferível ser considerado piedoso do que cruel, mas logo em seguida tenta demonstrar através de exemplos que um monarca tido como cruel pode ter sido o mais piedoso de todos se sua crueldade serviu para manter o reino unido e a salvo de invasões. Através desses exemplos, Maquiavel justifica não só o uso da violência pelo monarca como também o seu uso para demonstrações de força e poder, ou seja, para ser temido.

Maquiavel, entretanto, faz a seguinte diferenciação entre ser temido e odiado pelos súditos: um tirano que agisse de maneira a tomar as posses e esposas de seus súditos viria a ser

odiado por estes. Portanto, um soberano, para não ser odiado, não deve tomar as posses de seus súditos sem que haja boas razões para isso (por exemplo, quando é necessário aumentar os impostos por conta de alguma guerra). O autor explica que um tirano odiado provocaria a revolta e a conspiração de seus súditos para tirarem-lhe o poder, o que poderia colocá-lo em uma enrascada. Maquiavel, então, sugere certo cuidado por parte do monarca no uso da força e do poder, para que ele não passe de temido a odiado.

Concluindo, podemos ver que a preocupação principal de Maquiavel em seu livro é a manutenção do poder do soberano e que as ações deste são justificadas na medida em que esse objetivo é alcançado. Através de exemplos históricos, as medidas de um “bom” ou “mau” governo, para Maquiavel, não são provenientes da rígida observação de valores morais, ou de leis justas para todos os cidadãos, mas das ações do governante (*virtù*) em relação ao seu meio (fortuna) e do sucesso que este alcança ao se manter no poder, mesmo que para isso ele recorra à violência, dentro e fora de seu reino.

OS CONTRATUALISTAS



O QUE É O CONTRATUALISMO?

O contratualismo é um modo de pensar a política a partir de um fundamento racional: o direito. Desse modo, os autores chamados de contratualistas utilizam o contrato social, um mecanismo legal, para dar início e fundamento à sociedade política. Apesar dessa semelhança e da utilização de uma série de elementos em comum em suas teorias, esses autores têm muitas diferenças entre si, suas obras foram escritas em diferentes épocas e desenvolveram ideias distintas. Quando dizemos que todos esses autores pensam a sociedade política através de relações de direito e que a instituem através do contrato, podemos perceber algo mais: para eles, a sociedade política é artificial e fundada em algum momento, a partir de razões e motivos que as pessoas têm para fazerem isso. Se a sociedade política passa a existir só depois da criação de um contrato, esses autores também irão explicar como era a vida dos homens antes desse momento, quando eles viviam no “estado de natureza”.

O QUE É O CONTRATO SOCIAL?

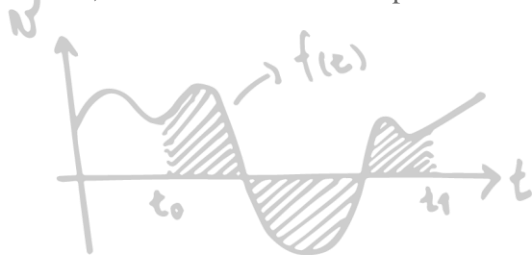
Você deve estar se perguntando: mas o que é um contrato social? O contrato social é um recurso filosófico que os autores que vamos estudar utilizaram para explicar como se instituiu a sociedade política e quais devem ser os termos que regulamentam ela. O contrato social é muito parecido com um contrato qualquer, desses que assinamos durante a vida. Num contrato, aparecem descritas as obrigações e direitos de cada uma das pessoas que fazem parte dele, bem como a assinatura das partes envolvidas que se propõem a cumpri-lo. Um contrato tem validade legal e também especifica por escrito o que deve acontecer caso uma das partes não cumpra o acordo.

Pois bem, já que o contrato social é um contrato que instaura a sociedade política, ele é feito no momento em que todos seus membros se comprometem em abrir mão de certas liberdades para estarem protegidos por um Estado, que garante melhores condições de vida. E quais são as liberdades das quais os homens abrem mão para participarem de um Estado? São aquelas que eles possuíam no momento anterior ao Estado, conhecido como “estado de natureza”. Vamos ver em seguida que a caracterização dessas liberdades varia entre os diferentes autores.

O QUE É O ESTADO DE NATUREZA?

O “estado de natureza” é aquele no qual os homens vivem antes de fazer o pacto que cria a sociedade política. Nele, os homens têm direitos naturais, que eles recebem simplesmente por existirem, como, por exemplo, o direito de preservar a própria vida e de fazer tudo o que for necessário para isso. Você vai notar que os direitos naturais serão diferentes ao longo das obras que vamos estudar e dependerão dos conceitos que cada autor irá utilizar para justificar seu raciocínio. Mas uma coisa é comum a todos eles: o estado de natureza sempre precisará ser superado, uma hora ou outra, pois nele a vida dos homens acaba ficando ameaçada. Porém, há um detalhe importante ao qual você deve prestar atenção: esses autores adotam um ponto de vista normativo para defender suas teorias políticas, portanto, o estado de natureza não é, necessariamente, um período de tempo na história da humanidade, como as comunidades de hominídeos na pré-história, ou como os povos pequenos e isolados que nunca tiveram contato com a civilização. Ele deve ser considerado como uma hipótese, como um estado hipotético. É claro que, devido à época em que foram escritas as obras que vamos estudar, alguns autores vão utilizar índios como exemplos de povos que ainda viveriam em estado de natureza. Mas, para sermos coerentes com o raciocínio dos autores, não vamos referenciar o estado de natureza a nenhum período histórico específico.

Agora que você já tem em mãos os principais conceitos com os quais esses autores trabalham, vamos olhá-los mais de perto:



THOMAS HOBBS (1588-1679):

A obra na qual Thomas Hobbes desenvolve sua teoria política e apresenta o contrato social é o “Leviatã”, que foi publicado pela primeira vez em 1651. Hobbes é conhecido por ser o primeiro contratualista e também pela sua célebre frase “o homem é o lobo do homem”, que você já deve ter ouvido falar. O pensamento de Hobbes é muito interessante por vários aspectos que estudaremos nos próximos tópicos. Então, vamos ver como o autor desenvolve a sua teoria:

O CONTRATO SOCIAL

Os homens no “estado de natureza” são regidos por uma lei natural: a razão dos homens indica que lhes é proibido fazer qualquer coisa que possa destruir a sua vida ou privá-los dos meios necessários para preservá-la. Portanto, é racional que os homens, ao perceberem sua condição de vida no estado de natureza, busquem um estado de paz, sempre que tenham garantias para isso. Qual seria a garantia que um homem precisa ter para que concorde em ser pacífico com os outros? A garantia é a de que todos abram mão igualmente do seu direito de “fazer tudo” o que acharem necessário para garantir sua sobrevivência.

Porém, basta que um só homem não cumpra a sua promessa e desista de abrir mão do seu direito natural para que todos se vejam de volta a um estado de dúvida e medo, retornando ao estado de natureza. Portanto, parece que precisamos de um poder que obrigue as pessoas a manterem a sua palavra, correto? O autor diz que o único poder capaz de obrigar o homem a cumprir suas promessas é o medo de ser punido. Então, para conseguir esse poder, Hobbes necessita encontrar uma forma de aglutinar o poder de todas as pessoas em apenas uma, ou algumas, que representem um poder absoluto.

Portanto, Hobbes propõe que seja feito o seguinte pacto: cada homem transfere a sua liberdade de tudo fazer e de governar a si próprio a um homem ou a uma assembleia de homens, desde que os outros façam o mesmo, autorizando assim as ações deste homem ou assembleia de homens para quem os direitos foram transferidos. O grupo de todas as pessoas que faz esse pacto passa a se chamar Estado, e esse pacto é o contrato social. A partir desse contrato, se seguirão atribuições tanto para o governante, chamado de soberano, quanto para os governados, chamados de súditos.

No Estado, o soberano detém dois poderes: o monopólio da força e da representação. Ele, ao ser o único que pode usar a força contra os homens, garante a paz, uma vez que pune quem quebra o compromisso aceito no contrato, protegendo os cidadãos uns dos outros, sendo também responsável por defender o Estado em possíveis guerras com outras nações. O monopólio da representação ocorre quando o soberano recebe, pelo contrato, a transferência do direito de todos os súditos e assim os súditos aceitam que a vontade dele represente também as suas. Dessa forma é criada uma unidade de vontade no Estado, que, segundo Hobbes, diminui a chance de que a divergência de vontades cause uma quebra do contrato.

Aos súditos, que transferiram com o contrato a sua liberdade de “tudo fazer”, resta uma “liberdade negativa”. Liberdade negativa é aquela que é regulada por leis que limitam a ação do

indivíduo em alguns aspectos. Portanto, ele pode fazer tudo o que quiser, dentro dos limites que a lei impõe.

Qual a melhor forma de governo para Hobbes?

Thomas Hobbes defende que a monarquia é a forma de governo mais satisfatória, pois ela garante a unidade de força e de vontade em uma única pessoa, o monarca, tornando menos provável que o poder seja corrompido por interesses particulares.

JOHN LOCKE (1632-1704)

O livro de John Locke com o qual vamos trabalhar é o “Segundo Tratado sobre o Governo”, publicado em 1689. Nele, Locke pretende expor uma teoria contrária à defesa da monarquia (feita por Hobbes) e, por isso, argumentará que o parlamentarismo é a melhor forma de governo para assegurar o interesse e os ganhos da sociedade que realiza o contrato social.

O CONTRATO SOCIAL

No estado de natureza, segundo Locke, o homem tem direito a si mesmo e ao que produz com seu trabalho (direito à propriedade privada). De todo modo, existem homens que não observam as leis da natureza e agem segundo suas ambições e desejos pessoais. A falta de uma lei que todos conheçam, de um juiz imparcial que a julgue e de um poder que a faça ser respeitada impede que a vida do estado de natureza se desenvolva na sua plenitude e que o homem possa ter sua propriedade protegida.

Pelo motivo da preservação da propriedade, é feito um contrato social entre os homens, a partir do qual é instituída a sociedade política. Nesse contrato, as pessoas de uma sociedade abrem mão do seu direito de executar a lei da natureza, transferindo esse poder para a comunidade, que protegerá as propriedades individuais a partir do estabelecimento de leis e de sua execução. Portanto, ao passarem a viver numa sociedade política, os homens abrem parcialmente mão de sua liberdade de fazer tudo para preservar sua vida e a dos outros, ficando eventualmente limitados pelas leis civis, e abrem completamente mão do direito de punir quem contraria a lei natural, deixando que o Estado tome conta dessa função.

O ESTADO E A DIVISÃO DOS PODERES

Em Locke, nós encontramos essa novidade que não aparecia em Hobbes: a divisão dos poderes. Ele os divide em Legislativo, Executivo e Federativo.

O poder legislativo deve ser temporário, segundo o autor, pois fazer leis não precisa ser um trabalho constante. Inclusive, se fosse, isso daria margem para quem o compõe ser tentado a

fazer leis que beneficiassem apenas a ele, em detrimento dos demais. Portanto, além de temporário, o poder legislativo deve ser composto por membros que, depois de terminadas as leis, voltem a fazer parte do corpo de cidadãos comuns, garantindo assim a justiça das mesmas. Essas leis devem ter igual validade para todos os casos e não podem variar entre os diferentes cidadãos (devem ser as mesmas para ricos e pobres, senhores e servos). As leis também devem ter como única finalidade o bem do povo e o poder de elaborá-las não pode ser transferido para outra pessoa sem a indicação do povo.

Ao contrário do poder legislativo, o poder executivo deve estar sempre em funcionamento. Afinal, é necessário que a vigilância sobre o cumprimento das leis seja constante. O poder executivo tem o controle da força. Lembra do direito de defesa que os homens abdicaram quando fizeram o contrato? Pois agora quem o possui é o executivo, que tem o monopólio bélico, e deve utilizá-lo para garantir a paz entre os cidadãos e a reparação de danos.

O poder federativo descrito por Locke é similar ao poder bélico do executivo, mas é descrito como o poder de força para defender as fronteiras do estado, guerrear com outras nações e tratar de relações exteriores.

Qual a melhor forma de governo para Locke?

John Locke vai defender o parlamentarismo como a forma de governo mais desejável para um Estado. Em seu texto, ele expõe que a monarquia não é compatível com as condições e necessidades do contrato social, pois a concentração de todo o poder em uma única pessoa torna impossível que nela haja um juiz imparcial. Se quem faz as leis é o mesmo que a executa, este pode facilmente se esquivar e fazê-las de modo que não seja afetado por elas. Outra incompatibilidade é que a propriedade dos indivíduos corre mais risco de ser violada e tomada por um monarca que possui todo o domínio do poder e da força, do que por um regime parlamentar, cujo poder estaria menos centralizado.

ROUSSEAU (1712-1778)

Rousseau, diferentemente dos outros dois autores que estudamos até agora, trata do estado de natureza e do contrato social em duas obras diferentes. Em seu livro chamado “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens”, também conhecido como “Segundo Discurso”, de 1755, Rousseau faz a sua investigação sobre o estado de natureza do homem, sugerindo uma hipótese de como teria sido esse estado. Já no seu texto chamado “Do Contrato Social”, publicado em 1762, o autor discorre sobre como deve ser o contrato social e quais devem ser suas cláusulas, para que esse corpo político tenha um bom funcionamento.

O CONTRATO SOCIAL

Em seu texto, chamado “Do Contrato Social”, Rousseau parte da conclusão de sua hipótese sobre a origem da desigualdade entre os homens e elabora um contrato social que busca



superar essa condição de desigualdade e dependência na qual os homens se encontram e que alcance um Estado onde a soberania emane das decisões do coletivo.

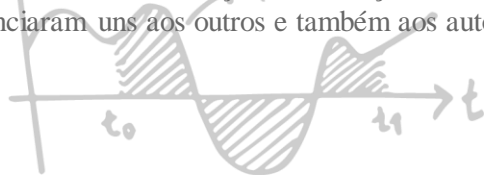
Para o autor, é necessário conseguir um pacto que ao mesmo tempo torne possível recrutar toda a força individual presente no interior do corpo político e gere uma situação de liberdade para os seus membros. Para isso, os termos do contrato serão os seguintes: haverá a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda. Apesar de parecer contraditório que seja necessário alienar-se totalmente para alcançar a liberdade, Rousseau nos mostrará que, ao invés de perdermos tudo ao assinar o contrato, na verdade ganhamos a força do total dos membros que o assinam, bem como a nossa. Deste modo, nenhum indivíduo perde nada, pelo contrário, ganha também o que é comum a todos.

A “soberania” seria o governo desse corpo político composto pelos membros do contrato, e ela possuiria o poder absoluto. A soberania é exercida pelo povo, que é o titular do poder soberano. Rousseau nos explica que não há nenhuma necessidade de haver um controle do exercício da soberania, pois, ao ser realizada por todos os seus membros, não seria possível que suas decisões fossem feitas de modo a penalizá-los ou prejudicá-los. Utilizando um termo contemporâneo que não foi usado pelo autor, mas que ajuda a entendermos o que ele está propondo: podemos dizer que Rousseau sugere uma democracia participativa como forma de governo, ao contrário de Locke, que propõe uma democracia representativa.

A organização política do Estado se divide em três partes: a assembleia popular, o legislativo e o governo. A assembleia popular é a reunião dos membros de um corpo político, que ocorre quando necessário e que tem a finalidade de deliberar sobre algum assunto. Ela representa o poder absoluto e nela se delibera sobre o que deverá ocorrer nos outros dois poderes. O legislativo expressa, através de leis que devem ser iguais para todos, os cidadãos, as decisões que os membros das assembleias tomaram como justo e correto para o funcionamento do corpo político. Já o executivo fiscaliza o cumprimento das leis e cuida da administração pública. Tanto os membros do executivo quanto do legislativo são vistos por Rousseau como “funcionários públicos”.

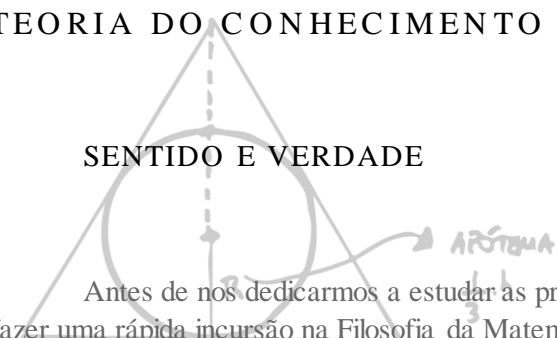
CONCLUSÃO

Chegamos ao fim desse conteúdo e deve ter ficado claro para você que estes três autores contratualistas que estudamos utilizam de um mesmo mecanismo para pensar a instituição de uma sociedade política que tem por base princípios racionais para sua justificação e regulação. Através da razão, o homem descobre as leis naturais e é através dela que ele resolve compactuar com seus semelhantes em um acordo que gera o Estado, chamado de “contrato social”. Ao mesmo tempo, você deve ter percebido que alguns elementos do estado pré-político (o estado de natureza) variam entre os autores, bem como as formas de governo que cada um irá prescrever a partir do contrato. Ficar atento às semelhanças e diferenças entre os autores é crucial para entendermos como eles influenciaram uns aos outros e também aos autores que os seguiram.



TEORIA DO CONHECIMENTO

SENTIDO E VERDADE



Antes de nós dedicarmos a estudar as principais teses epistemológicas do período, vamos fazer uma rápida incursão na Filosofia da Matemática.

A matemática ocupa um lugar de destaque entre as ciências por sua exatidão não empírica. Mas o que isso quer dizer? É simples: você sabe que uma conta está certa sem fazer experimentos. Para um engenheiro verificar se uma ponte sustenta o peso para que ela foi projetada, é necessário submetê-la a uma prova experimental, ou seja, ir colocando peso sobre a ponte para ver o quanto ela suporta. É claro que, muitas vezes, não precisamos fazer experimentos para saber se certas estruturas vão aguentar o peso que se propõem a aguentar pelo simples fato de que em algum momento estes experimentos já foram feitos e nós conservamos o registro dos resultados. Não há, por exemplo, meio de saber se determinado animal é ou não um mamífero a menos que se tenha, em algum momento, observado. As ciências empíricas, portanto, são aquelas que requerem um experimento para ter comprovadas suas teses, por isso dizemos que o conhecimento produzido pelas ciências empíricas é um conhecimento *a posteriori*, ou seja, só pode ser verificado depois da observação do fato que se pretende descrever.

Mas note que com a matemática nós podemos saber se o resultado de uma conta está certo ou não sem recorrer ao mundo físico, mesmo que a gente aprenda matemática pensando, por exemplo, em termos de: “Uma banana + Uma banana = Duas bananas”. Isso se deve a uma característica da nossa capacidade de aprendizado e não da matemática em si. Afinal, poderíamos trocar banana por qualquer outra fruta e o resultado seria o mesmo. Tudo o que você não pode fazer é trocar o primeiro “uma” por banana e o segundo “uma” por abacaxi, porque aquilo que importa na operação matemática não é o objeto, mas a quantidade, ou seja, os objetos da matemática são os números, e não qualquer coisa que se possa encontrar no mundo físico. A matemática é, então, uma ciência feita da abstração de qualquer propriedade física. Por isso que para fazer matemática não é necessário laboratório ou observação da natureza. Os conhecimentos matemáticos são os conhecimentos *a priori*, ou seja, que não dependem de experiência.

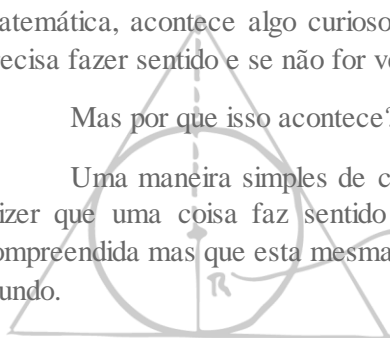
Agora pense que uma pessoa entra no seu quarto e diz a frase: “Eu tenho cem reais no meu bolso”. Você entende perfeitamente o que essa pessoa quis dizer, mesmo que ela esteja mentindo e na verdade não tenha cem reais no seu bolso. Assim como se ela disser: “Hoje eu vi um carro voando”, você entende perfeitamente o que ela disse, pode inclusive imaginar a cena, ainda que saiba que não é verdade.

Agora imagine que você entrou na sala de aula e há a seguinte conta escrita no quadro: $2 + 2 = 5$. Você não apenas sabe que aquilo está errado como a conta sequer faz sentido. Se você tentasse imaginar isso traduzido em objetos reais, não conseguiria. As frases sobre os objetos do mundo real podem ser verdadeiras ou falsas e ainda assim ter sentido: quer dizer, você entende perfeitamente o que elas significam embora possa discordar que elas sejam verdadeiras. Com a

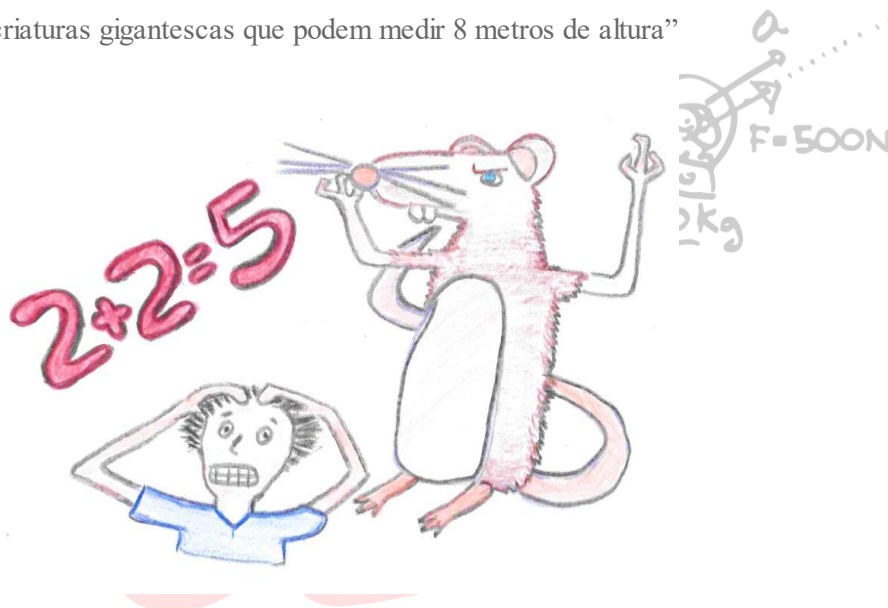
matemática, acontece algo curioso: o sentido e a verdade sempre coincidem. Se for verdade precisa fazer sentido e se não for verdade sequer faz sentido.

Mas por que isso acontece?

Uma maneira simples de compreender é imaginar a matemática como uma linguagem. Dizer que uma coisa faz sentido mas não é verdadeira significa dizer que a linguagem é compreendida mas que esta mesma linguagem não descreve corretamente os acontecimentos do mundo.



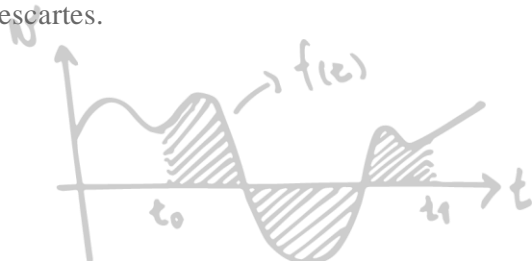
“Ratos são criaturas gigantesas que podem medir 8 metros de altura”



Veja que a frase acima é perfeitamente compreensível. Seu sentido está garantido pelo uso adequado da linguagem. Mas se você quiser verificar isso no mundo, vai descobrir que ela é uma frase falsa. E por que verificar na realidade o que a frase diz? Ora, pelo simples fato de que a verdade daquilo que está sendo afirmado depende do mundo que a frase descreve.

O que acontece com a matemática é que ela não descreve nada no mundo. A conta $2 + 2 = 5$ não faz sentido porque o significado que atribuímos aos termos $[2]$, $[5]$, $[+]$ e $[=]$ garantem sua verdade ao mesmo tempo em que garantem seu sentido. Você até pode fazer experiências com frutas ou grãos de feijão para ensinar crianças a calcular, mas nada disso é necessário para garantir que uma conta está certa.

Agora veja como esse pequeno passeio pela Filosofia da Matemática pode ser útil para compreender o pensamento de um dos mais influentes filósofos da modernidade, o francês René Descartes.



A PRIORI E A POSTERIORI

A *a priori* significa saber antes. Este termo diz respeito a todas aquelas proposições que podem ser verificadas sem qualquer experiência, como no caso da matemática. Já a expressão a posteriori é usada para designar proposições que só podemos declarar verdadeiras ou falsas depois de serem experimentadas. Lembre-se que, quando dizemos “baleias são mamíferos” estamos fazendo uma afirmação que só pode ser verificada *a posteriori*, mesmo que esteja nos livros e todos saibamos que baleias são mamíferos – o que importa é a única forma de conferir isso é, em algum momento, procurar uma baleia e assistir ao seu comportamento alimentar.

Por desconfiar dos sentidos, os racionalistas tendem a rejeitar que o conhecimento *a posteriori* possa ter o mesmo valor que o conhecimento *a priori*, mas o fato é que, apesar das desconfianças de Descartes, a tecnologia continuava obtendo progressos e a ciência se desenvolvia a partir de observações e experiências.

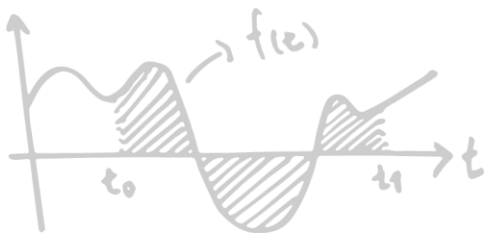
RENÉ DESCARTES (1596-1650)

PENSO, LOGO EXISTO

Descartes foi um intelectual que se tornou importante tanto na matemática, por unir a álgebra e a geometria criando o plano cartesiano, quanto na filosofia, por sua contribuição na Metafísica e na Teoria do Conhecimento. A relação entre o pensamento do Descartes matemático e o pensamento do Descartes filósofo é muito grande e decisiva para suas teses.

Sendo um estudioso da matemática, isto é, de uma ciência não empírica e que fornece conhecimentos tão puros e independente dos sentidos, Descartes seria o grande expoente da tradição racionalista. Esta tradição apresenta o conhecimento como algo restrito à razão humana, ou seja: conhecimento não é aquilo que obtemos dos sentidos, que podem nos enganar, mas aquilo que obtemos puramente do intelecto. Mas como ele defende essa posição?

Sua principal obra filosófica pode lembrar um pouco a atitude de Sócrates, com a famosa frase “só sei que nada sei”. O que Descartes faz é observar que muita das coisas que ele sempre julgou saber se assentam sobre um “conhecimento” que não é muito garantido. Ora, quem nunca descobriu que estava enganado depois de ter dito, com muita convicção, que tinha 100% de certeza?



A COISA PENSANTE

Descartes resolve, então, fundar sua Filosofia na dúvida total. Decidiu duvidar de tudo, inclusive da própria existência. Observe que esta atitude pode parecer um pouco insensata, mas não imagine Descartes como um sujeito biruta que não sabia nem se ele mesmo existia ou não. O problema de Descartes era muito sério e sua solução era ambiciosa. É claro que ele existia e sabia muito bem disso. Sua busca era por formular os princípios de uma ciência que fosse segura e, portanto, ele precisava perguntar: “como eu garanto as coisas que eu sei?”. Entre as coisas que ele supostamente sabia, a primeira de todas foi a de que ele existia, afinal, ele estava ali se debatendo com aquela dúvida, com aqueles pensamentos, e se ele pensa, então obviamente ele existe, porque pensar é uma ação e uma ação só pode ser praticada por algo que existe.

Mas Descartes não se iludia muito fácil. Logo depois de constatar que uma coisa que pensa precisa necessariamente existir, ele observa que só o que precisa necessariamente existir é a “mente pensante”, ou seja, a existência do seu corpo não estava ainda garantida. O corpo, sua noção de espaço e das outras coisas que existem no mundo dependia dos sentidos, que podiam muito bem ser enganados por um gênio maligno pregando peças numa mente menos poderosa. O mundo físico que experimentamos poderia ser ilusão da mente pensante. A mente que pensa precisa necessariamente existir, mas nada garante que ela não se engane, que não tome por verdadeiro coisas que sejam falsas.

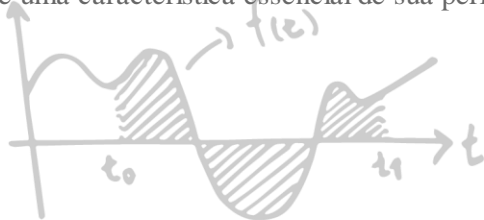
Mas veja que a frase “penso, logo existo” é um daqueles casos em que o sentido e a verdade coincidem, uma vez que é impossível entender o que uma pessoa quer dizer quando fala, por exemplo, “penso, mas não existo”. É claro que, para isso, a única qualidade que podemos assumir como segura da coisa que pensa é o fato de que ela pensa, nada mais.

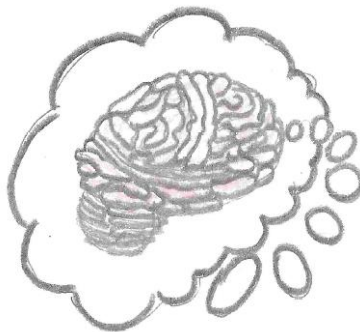
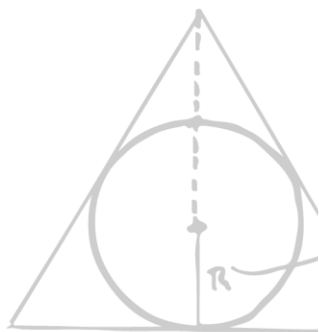
Note que a primeira certeza que Descartes admite não é a certeza de alguma coisa que ele tenha aprendido por meio de seus sentidos. Sua primeira certeza é racional.

A COISA CORPÓREA

Se com apenas o exercício da razão pura Descartes consegue provar que ele existe como um ser pensante, ele precisa agora provar que também existe um mundo físico e que tudo aquilo que se passa ao nosso redor não é uma brincadeira de mau-gosto de um Deus maligno que nos ilude com imagens enganadoras. É neste caso em particular que Deus cumpre um papel fundamental na teoria de Descartes.

A coisa que pensa, a mente, tem já nela a ideia de um ser perfeito, onisciente e onipotente, criador de todas as coisas que existem. Mas este ser que existe em sua mente como completo e perfeito precisa existir porque, se não existisse, não seria completo nem perfeito. A existência de Deus é uma característica essencial de sua perfeição.





Mais ainda que a realidade do mundo externo à mente não seja uma brincadeira de mau-gosto, é certo que nos iludimos e enganamos muitas vezes. Isso não se deve à maldade de Deus, mas à imperfeição dos sentidos.

O que Descartes vai fazer em seguida é tentar entender da sua experiência sensível algumas propriedades físicas, e o faz por meio da análise do pedaço de cera. Esta experiência consiste em observar as transformações que um pedaço de cera sofre ao ser aproximado do fogo. É uma tentativa de tornar clara e distinta a sua experiência com aquele objeto e, com isso, garantir a existência do mundo exterior. Cor, sabor, peso, aroma são propriedades que se alteram. As propriedades que nossos sentidos obtêm de um pedaço de cera estão sujeitas à mudança, mas existe algo que permanece dessas mudanças todas e que é percebido de modo claro, não pode ser negado e distinto porque o separa das ilusões, que é a extensão. Se a cera mudar de sabor, de forma, de cheiro, ou de peso, ainda assim sobra algo de extenso e corpóreo.

Estes movimentos em busca da fundamentação das certezas para definição de um modelo científico seguro levou Descartes a postular o dualismo “mente-corpo”. Ou seja, existem duas coisas de natureza distintas, a “coisa pensante” e a “coisa extensa”. Embora o racionalismo tenha perdido força na ciência e hoje em dia o método científico se baseie nos sentidos e nos experimentos para garantir nosso conhecimento, o dualismo cartesiano ainda tem adeptos em diferentes áreas do conhecimento que se interessam pela mente humana e seu funcionamento.

DAVID HUME (1711-1776)

IMPRESSÕES E IDEIAS

O filósofo escocês David Hume foi o mais audacioso e prolífico filósofo de uma concepção antagônica ao racionalismo de Descartes: o empirismo, que, na modernidade, teve como seus precursores: Francis Bacon e John Locke. Ao contrário dos racionalistas, os empiristas enfatizam o papel dos sentidos na aquisição do conhecimento.

Em seu livro *Tratado da Natureza Humana*, Hume descarta a dúvida cartesiana. Se para o racionalista a ilusão e o sonho nos alertam a não confiar nos sentidos, para o empirista, exceto em casos muito específicos, como na loucura, por exemplo, todos sabemos muito bem a diferença entre a realidade e a imaginação.



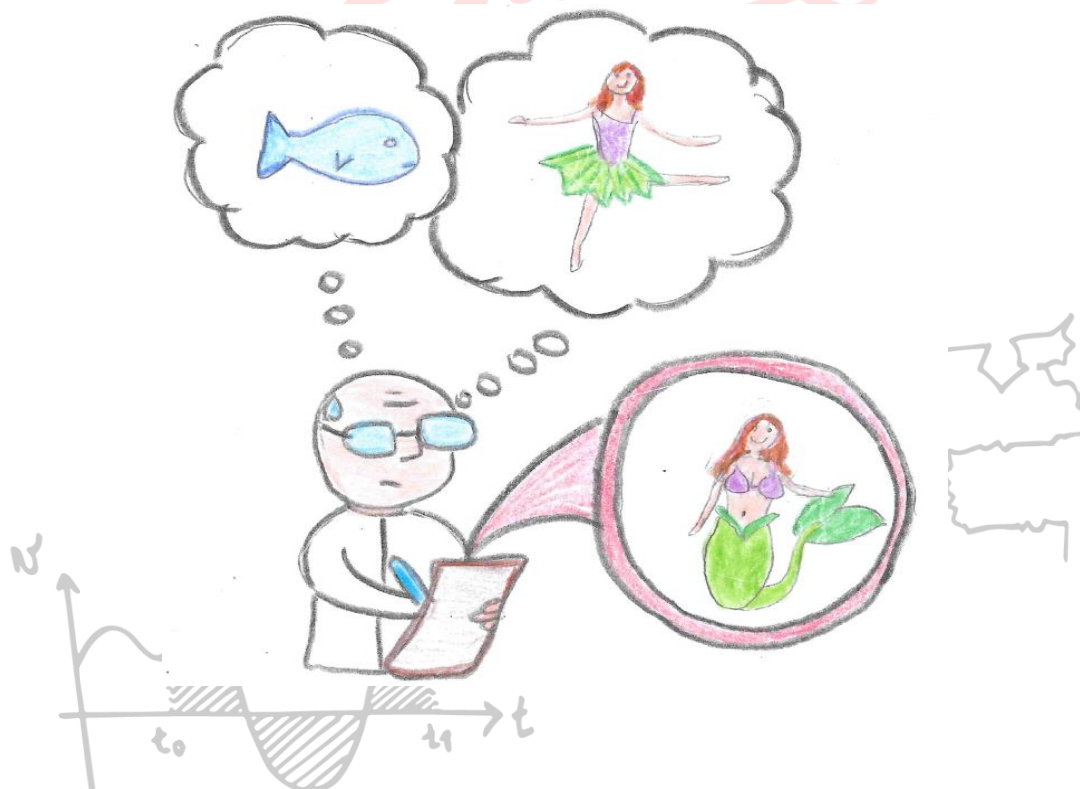
Hume propõe que nossos sentidos nos oferecem “impressões” do mundo. Estas impressões são claras e cheias de vida. Ao tocarmos uma maçã temos a impressão de sua textura. Se a mordemos, temos a impressão de seu gosto. Para cada sentido afetado por um objeto obtemos uma impressão que rapidamente reconhecemos como real.

Depois de havermos experimentado essas impressões, diz Hume, o que nos sobra são “ideias”. O que o filósofo chama de “ideia” são as pálidas cópias das impressões.

As impressões, portanto, são sempre anteriores às ideias, uma vez que apenas depois de havermos experimentado a impressão podemos ter a ideia.

IMPRESSÕES SIMPLES E IDEIAS COMPLEXAS

Mas você pode se perguntar como é possível então a fantasia? Qualquer um de nós pode imaginar criaturas fantásticas que jamais existiram... Ora, mesmo que imaginemos uma criatura mítica como um Centauro, por exemplo, temos que admitir que o que forma um centauro, na verdade, não passa de um rearranjo de ideias que obtemos de fontes distintas. Juntamos partes de um cavalo a um homem e produzimos uma ideia que não condiz com nenhuma impressão na sua totalidade, mas podemos decompor nossas ideias complexas em várias impressões simples. Veja que com a impressão do rabo de peixe e a impressão da mulher eu posso formar a ideia de uma sereia mesmo que eu jamais tenha visto uma sereia. Mas é necessário que eu já tenha visto um rabo de peixe e uma mulher.



Isso significa que nossas impressões são simples e que não podem ser decompostas. As impressões representam a unidade mínima de nossa capacidade de apreender o mundo. Já as ideias são estruturas complexas que podemos reorganizar de maneiras distintas daquelas em que encontramos seus correlatos do mundo.

A partir da experiência, ou seja, das sensações, produzimos ideias que conseguimos articular e transformar em conceitos. Mas tudo isso, dizia Hume, se deve ao fato de que tivemos uma experiência sensível no mundo.

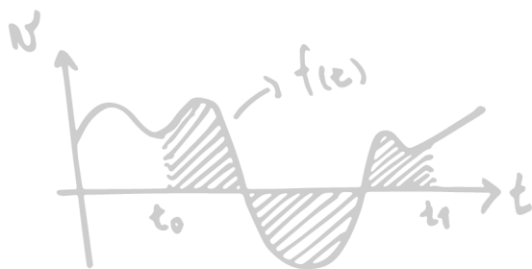
IMMANUEL KANT (1711-1776)

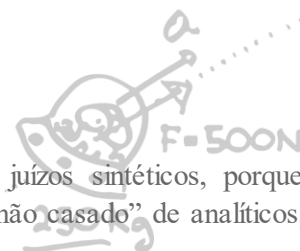
A CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Kant conhecia tanto a obra de Descartes quanto a obra de Hume, e propôs-se a resolver a disputa entre racionalistas e empiristas. Mas para isso Kant acabou indo tão longe que se tornou um dos mais influentes filósofos de toda a história do pensamento ocidental e um dos autores mais estudados nas faculdades de filosofia até os dias de hoje. O que Kant propôs foi um modelo de Teoria do Conhecimento em que há uma diferença entre:

- a) o que produz o conhecimento;
- b) a forma que o conhecimento adquire

Você lembra que algumas proposições só podem ser verificadas a posteriori, não é? Como “vacas são mamíferos”, por exemplo. Mas existem proposições que podem ser verificadas *a priori*, como “todo solteiro é não casado”. Você não precisa separar todos os solteiros do mundo e depois sair perguntando se eles são não casados para ter certeza de que a frase é verdadeira. Este é um daqueles casos em que sentido e verdade coincidem. Mas Kant observou uma coisa importante: a frase “todo solteiro é não casado”, embora seja verdade, não me informa nada de novo. Ela tem sentido e está correta e verificar que ela está correta depende de conhecer o significado de “solteiro” e o significado de “não casado”, mas uma vez que eu conheça esses significados, dizer que “todo solteiro é não casado” não me permite adquirir nenhum conhecimento novo.





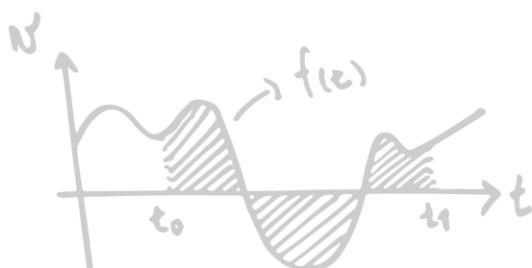
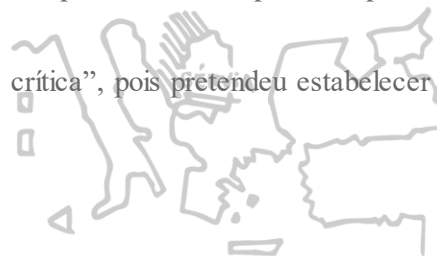
Kant chamou os juízos como “vacas são mamíferos” de juízos sintéticos, porque sintetizam informações do mundo; e os juízos do tipo “todo solteiro é não casado” de analíticos, porque apenas analisam conceitos relacionados.

Note que no caso dos juízos sintéticos, a verificação depende da experiência, ou seja, é *a posteriori*, e no caso dos juízos analíticos, a verificação não depende da experiência, ou seja, é *a priori*. Mas Kant percebeu que existe um tipo de juízo que, embora seja sintético, pode ser verificado *a priori*. Quer dizer, existem juízos que nos informam coisas novas e não precisam de experiência para que sejam verificados: são os juízos da aritmética.

Mas qual é a importância disso? Ora, com isso Kant pretendia mostrar que existem informações novas que podem ser alcançadas pela razão, ao contrário do que dizia Hume. Por outro lado, o que Kant fez também foi mostrar que existe um limite mais estreito do que aquilo que pretendia Descartes.

As teses de Kant envolvem muitos passos – vários deles ainda em disputa entre os estudiosos que se dedicam a compreender a complexidade de seu pensamento –, mas o que é importante reter aqui é que na teoria de Kant todo o conhecimento surge do mundo sensível, mas adquire formas que são racionais. Essas formas, por advirem do mundo sensível, só podem ser aplicadas aos objetos da experiência, portanto Kant rejeita a possibilidade de produzir, por meio da razão, conhecimentos sobre Deus.

Por isso, sua filosofia foi chamada de “Filosofia crítica”, pois pretendeu estabelecer os próprios limites da filosofia.



UMA EXPERIÊNCIA NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE

Kant propôs que as experiências com o mundo através dos sentidos são necessárias para o nosso conhecimento, mas não são suficientes. O mundo sensível nos forneceria, portanto, a matéria-prima da experiência, mas sua organização se daria por conceitos racionais que, segundo Kant, são inatos. Para o filósofo, bastariam as noções de espaço e tempo para que organizássemos toda a experiência possível em termos de conhecimento. Ou seja, existe um mundo complexo que nós apreendemos através dos sentidos, interagimos com ele e produzimos conhecimento, mas tudo porque nossa capacidade cognitiva possui molduras feitas de espaço e tempo que nos permitem organizar a grande massa que existe lá fora de nossas cabeças. Estas molduras são legitimamente aplicadas ao mundo sensível, mas não temos qualquer garantia de que seu uso seja adequado a seres como Deus, por exemplo.

250kg

PARA SABER MAIS

Se você se interessou por Descartes e sobre suas dúvidas a respeito do mundo externo à sua mente, vale conferir a trilogia Matrix, dirigida pelas irmãs Wachowski. Os filmes se passam no futuro, quando toda a experiência do mundo não passa de uma ilusão implantada em cérebros de pessoas encapsuladas numa máquina misteriosa. A saga para escapar da prisão a que estão submetidas suas mentes e desvendar a Matrix leva um grupo a se aventurar dentro e fora das ilusões projetadas nas mentes das pessoas.

- ✓ Matrix, 1999
- ✓ Matrix Reloaded, 2003
- ✓ Matrix Revolutions, 2003

